



ATA N.º 8/2024

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2024
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 25 DE JUNHO DE 2024

-----No dia 25 de junho de 2024, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de junho de 2024 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 24 de junho de 2024 e de que faltam tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 3 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta do acordo de renovação do Contrato-Programa estabelecido entre o Município de Lagos e a Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva, E. M., S. A. para promoção e gestão de equipamentos desportivos e prestação de serviços na área do desporto;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta do Plano Estratégico para a Juventude 2024-2027;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da Proposta de isenção do pagamento de taxas, pela emissão de licenças de instalação e funcionamento do recinto itinerante e licença especial de ruído do Circo Dallas.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 44 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Freguesia de Odiáxere)
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Madeleine Filipe Fernandes da Silva
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas



Fl. 124v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

PS	Maria Helena Martins Regino (Tesoureira da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (Presidente)
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)
PSD	Milvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
LCF	Amélia da Conceição Ferreira de Paiva
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
CHEGA	Paulo Jorge do Rosário Dias
BE	David Eduardo Vicente Roque

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Morais	Reunião	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	Natércia Maria Baptista Reigada	Reunião	Madeleine Filipe Fernandes da Silva
PS	José António dos Santos Guerreiro	Reunião	José Domingos
PS	José Domingos	Reunião	Rute Alexandra Campos Domingos

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para a Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	Maria Helena Martins Regino (Tesoureira da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. João Reis



-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - TOMADA DE POSSE:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Rute Alexandra Campos Domingos	Reunião	Maria Teresa Andrêz Gonçalves

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DA SEGUINTE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA REUNIÃO:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA MEMBRO
PS	Maria Teresa Andrêz Gonçalves

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma, foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA MEMBRO	REUNIÃO
PS	Maria Teresa Andrêz Gonçalves	25/06/2024

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira – Presidente
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis – Vereador
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira – Vereadora
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho – Vereadora
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira – Vereador
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes – Vereador

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou que fosse apresentado um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Belisário dos Reis Correia.-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Maria Joaquina Matos (PS) colocou à consideração do Plenário a solicitação tendo a mesma sido aceite.-----

-----Foi apresentado ao Plenário, o seguinte Voto de Pesar pelo Grupo Municipal da CDU: “Foi com profundo pesar e tristeza que no passado dia 20 de junho tomamos conhecimento do falecimento do Sr. Belisário dos Reis Correia, cidadão de 85 anos, residente, desde há muito, em Lagos. Homem interventivo, foi um dos primeiros Autarcas logo a seguir ao 25 de abril de 1974. Foi Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de São Sebastião de 1974 a 1976. No primeiro Mandato Autárquico da Assembleia Municipal (1976/1979) foi o Segundo Secretário da Mesa. Com o conhecimento do falecimento do Sr. Belisário dos Reis Correia a Assembleia Municipal de Lagos, reunida no dia 25 de junho de 2024, apresenta um Voto de Pesar e manifesta pesados sentimentos pelo seu falecimento. Mais delibera cumprir um minuto de silêncio em memória do Sr. Belisário dos Reis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 125v.

Correia.”-----
-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) informou que, desde o dia vinte de junho, têm tido a bandeira a meia haste, durante três dias, e estiveram com a família no funeral e, em reconhecimento, enviaram os votos de Pesar à família.-----

-----Posto isto, foi colocado à votação o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 83/AM/2024:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Maria Joaquina Matos (PS), no âmbito do Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, deu lugar a um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Belisário dos Reis Correia.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-684-13.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) solicitou um ponto de situação sobre as casas de Bensafrim e do Sargaçal; pediu um relatório sobre as obras do museu de arqueologia; congratulou o vereador Luís Bandarra pela evolução da recolha seletiva dos Resíduos Sólidos Urbanos no centro histórico; no âmbito dos transportes públicos, questionou onde é que a Câmara Municipal poderia intervir para estudar a possibilidade de alteração do percurso dos autocarros que vão da Escola Tecnopólis e que passam na Rua Gaspar Leão, depois virando para a escola, havendo problemas, uma vez que, ao atravessarem a passadeira, e na curva que é apertada, poderia, em alternativa, o autocarro entrar pelo Cemitério Municipal e retornar pelo mesmo local; informou que têm ocorrido, num curto espaço de tempo, incidentes com imigrantes que trabalham em Lagos e que foram alvo de agressões por parte de um grupo de jovens, questionando se estas situações estão localizadas e definidas, mas que estão a tornar-se preocupantes. Como são jovens locais, a determinadas horas e em grupo, deve-se tomar a devida atenção a este assunto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que os dois principais problemas que o Município enfrenta atualmente são a habitação e a água. Ele observou que ambos os temas estão apenas resumidos em um parágrafo, e, como a habitação é uma questão que precisa de uma resolução rápida, é importante que as questões relacionadas sejam respondidas de forma adequada, o que ainda não aconteceu. Lembrou que, em Bensafrim, já há oito fogos à espera de serem entregues há alguns meses. Também mencionou que, no dia 19 de junho, na Reunião de Câmara, foi feita a receção provisória de nove fogos no Sargaçal, e que continuam a surgir novos fogos que aguardam entrega. Questionou se essa espera se deve aos concursos públicos e se a lista definitiva já foi publicada, sugerindo que talvez as reclamações feitas tenham influenciado essa demora, já que ainda não há uma lista definitiva para a entrega dessas habitações. Além disso, solicitou um ponto de situação sobre o



andamento dos projetos dos cem fogos na CHESGAL e dos cinquenta e um fogos junto ao mercado. Relativamente à situação da água, pediu informações sobre as medidas tomadas até agora e o que pode ser melhorado até o meio do ano. Por fim, lembrou-se das obras na praia do Pinhão e na arriba onde fica o prédio Montana, questionando se, após cinco anos, foi elaborado algum contrato administrativo com a Câmara Municipal para que a Autarquia substitua a APA nessas intervenções.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) congratulou a Divisão da Cultura pela consistência e continuidade na diversidade e qualidade dos eventos culturais realizados, que atendem às preferências de todas as gerações, em articulação com os Agrupamentos Escolares, associações culturais, artísticas e outros organismos comunitários. Destacou ainda o excelente trabalho do historiador Artur de Jesus, que mantém uma relação proativa com as escolas, promovendo de forma criativa e estimulante o nosso património histórico-cultural às novas gerações. Congratulou também o Executivo pelo apoio e pela promoção de ações de formação aos Eleitos Locais, que têm sido muito bem recebidas e aproveitadas, com um número bastante expressivo de inscrições, o que enriquece os trabalhos na Assembleia e em outras áreas do Município. Reconheceu o mérito do vereador Luís Bandarra na eliminação do Glifosato, mas reforçou que é importante evitar a utilização desse químico, mesmo que haja ervas daninhas espalhadas pela cidade, defendendo a adoção de usos mecânicos mais frequentes. Sobre a habitação, lembrou que o Sr. Presidente da Câmara afirmou que até setembro as casas disponíveis seriam entregues e solicitou um ponto de situação dos projetos em andamento para avaliar o seu desenvolvimento a curto prazo. Questionou também sobre os acidentes de trabalho que resultaram em incapacidades temporárias absolutas, querendo saber em quais setores esses acidentes ocorreram, qual foi o grau de gravidade e as causas. Em relação às obras de estabilização das arribas na praia da D. Ana, lembrou que o contrato com a Mota-Engil foi assinado em março de 2024 e pediu uma atualização sobre os avanços da obra após três meses. Sobre a substituição dos projetores na muralha, informou que o procedimento foi extinto por falhas nas propostas, mas, por se tratar apenas de uma substituição, questionou se a Câmara Municipal não teria condições de realizar esse trabalho por administração direta. No que diz respeito às infraestruturas na área de acolhimento empresarial, perguntou o que está previsto para a modalidade sustentável e se há ações planeadas para promover a mobilidade limpa ou reduzir o uso de automóveis. Sobre as contraordenações rodoviárias, lembrou que cerca de 576 processos relacionados ao Lagos em Forma – Gestão Desportiva, E.M., S.A., referentes a autos de 2021 e 2022, foram declarados prescritos, questionando o que falhou nesse processo. Também mencionou que há aproximadamente 25 reclamações de ruído, sendo importante entender as causas e o que tem sido feito para minimizar esse problema, lembrando que no ano anterior também houve várias queixas dos cidadãos. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre a aquisição de serviços para emissão de parecer jurídico, em que foram gastos 14 mil euros com um prazo de execução de quinze dias, levando a esse pedido de informações.-----

-----Durante esta intervenção foram apresentados os seguintes diapositivos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 126v.



-----A Sra. Dina Cintra (PS) destacou que a listagem de aquisições de serviços e de empreitadas em diversas áreas demonstra que essas áreas estão sendo devidamente acompanhadas e protegidas. Ela deu exemplos, ressaltando os estudos prévios realizados para as empreitadas de construção dos diversos fogos previstos. Além disso, questionou sobre a intervenção na escola das Naus, pedindo informações sobre os prazos previstos e se há algum prognóstico para essa intervenção durante o próximo ano letivo. -----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) congratulou a Câmara Municipal pelo aumento das vagas para o projeto Viver o Verão 2024, o que certamente agradará muitas famílias que terão a oportunidade de participar neste tão prestigiado evento. Em relação ao edifício Montana, informou que as obras estão a decorrer bem e que as perfurações, que acontecerão apenas durante a semana corrente, parecem estar a seguir dentro do planejado e em segurança. Questionou sobre o timing da intervenção e o motivo de ela estar ocorrendo nesta altura do ano. Sobre a gestão do parque habitacional municipal, afirmou que o Município tem sido um péssimo exemplo de senhorio, deixando os seus imóveis degradarem-se e os arrendatários viverem em condições precárias. Como exemplo, mencionou que, nos últimos dois



meses, foram recebidos mais de oitenta pedidos de obras, cento e dez atendimentos, emitidos cento e vinte e oito pareceres técnicos, realizadas noventa e nove deslocações ao exterior e expedidos cento e oitenta e sete ofícios, demonstrando um trabalho intenso nesse período. Ressaltou que, devido ao envelhecimento do material e aos pedidos de obras, apenas três intervenções estão atualmente em curso para reparar as habitações degradadas. Solicitou uma atualização sobre o Conselho Municipal de Segurança e a videovigilância. Também questionou sobre o contrato de assessoria para a Divisão de Projetos e Empreitadas com a empresa ThisFutur, que custa cinco mil euros por mês, e observou que, ao analisar essa informação, constatou-se que a mesma empresa celebra outro contrato no valor de duzentos e cinquenta mil euros, questionando se esse procedimento é comum. Em relação ao Auditório Municipal, lembrou que há anos é questionado qual será o seu futuro, pois encontra-se abandonado. Perguntou se será reabilitado e se a Câmara pretende manter o auditório naquele local ou se irá optar por um novo equipamento em outro local, dentro da fase final do projeto do Anel Verde. Solicitou também uma atualização sobre as obras necessárias na igreja de S. Sebastião e no Forte Ponta da Bandeira. Por fim, referiu-se ao parecer jurídico de catorze mil euros, que tinha um prazo de quinze dias para ser elaborado e que trata de um processo de licenciamento de uma nova unidade hoteleira na Atalaia, manifestando dúvidas, pois considera que esse procedimento não é muito comum.-----

-----O Sr. David Roque (BE) solicitou um ponto de situação sobre a habitação municipal, questionou como se encontra a situação de escassez de água, especialmente agora que estamos no verão e a situação pode se agravar. Ele também comentou que a recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos é muito deficiente em algumas ilhas ecológicas. Além disso, destacou a presença regular de grafitis e pichagens nas zonas intramuralhas e nas próprias muralhas, o que não contribui para uma boa imagem da cidade, sendo importante adotar medidas preventivas e de combate a esses tipos de vandalismo. Relativamente à mobilidade, no espaço intramuralhas, ele mencionou que há a possibilidade de os transportes públicos de passageiros entrarem nesse espaço, pois há idosos que moram no centro histórico e, atualmente, os transportes passam apenas tangencialmente, dificultando a mobilidade dessas pessoas mais velhas.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) destacou que, no documento referente à área da juventude, o plano estratégico inclui o programa de atividades “Descobre”, considerado muito importante por promover a operacionalização das linhas orientadoras do plano e as atividades realizadas. Isso demonstra que o trabalho não se limita a um documento idealizado, mas reflete um esforço concreto e de excelente qualidade nesse âmbito. A iniciativa “Mypolis” também foi ressaltada por promover a participação cívica de jovens e crianças. Foram realizadas atividades no ensino secundário e na escola básica de Bensafrim, onde existem assembleias cívicas que discutem assuntos atuais. A tertúlia “Primavera”, na qual o Sr. Presidente da Câmara Municipal esteve presente, proporcionou às crianças e aos alunos da escola secundária Júlio Dantas e do colégio S. Gonçalo a oportunidade de participar ativamente, representando ambos os setores. Essa iniciativa serve como um exemplo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 127v.

de viver em comunidade e de boas práticas, ao dar voz aos mais jovens. No que diz respeito aos seniores, uma vasta lista de iniciativas foi destacada, especialmente no âmbito da Saúde Mental. Ressaltou-se que esse tema deve ser encarado como uma realidade, não um problema, e que trabalhar positivamente essa questão é fundamental. Projetos como o teatro e o “Faz-te aos exames” abordam o stress e a ansiedade durante a época de exames dos jovens, contribuindo para uma sociedade mais justa e equilibrada. A parceria da Autarquia com quem atua no terreno foi vista como uma ação muito benéfica para toda a comunidade.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara, Hugo Pereira, informou que as habitações em Bensafrim foram entregues no passado dia 21 de junho, com a assinatura dos respetivos contratos, de acordo com o posicionamento determinado pelo concurso. Relativamente às habitações no Sargaçal, a sua entrega ocorrerá em breve. No âmbito da Estratégia Local de Habitação, foi lançado um concurso para a construção de fogos em Barão de São João, o qual ficou deserto. A única proposta apresentada foi entregue 30 minutos após o prazo, pelo que se está a avaliar a possibilidade de, através de ajuste direto, convidar essa mesma empresa a executar a obra, evitando-se assim a abertura de novo procedimento concursal. Quanto à Travessa do Cemitério, está atualmente a decorrer concurso, esperando-se a apresentação de propostas. Em relação ao concurso de Barão de São João, espera-se que todas as candidaturas cumpram as regras estipuladas. Relativamente ao concurso para os 108 fogos da CHESGAL, está previsto que os procedimentos concursais sejam lançados até outubro/novembro. No lote menor em construção, estima-se que a obra esteja concluída até ao final de julho, permitindo a receção provisória e, cinco semanas depois, a assinatura dos contratos e entrega das habitações. No que se refere aos projetos para o Chinicato, Bensafrim e Santo Amaro, encontram-se em fase de conceção. Espera-se que os concursos decorram até ao final do ano, estando atualmente a ser concluído o estudo prévio. O vencedor do concurso será responsável pela conceção e execução da obra. Sobre o Museu de Arqueologia, está a ser preparada a conclusão da primeira fase da intervenção, com um custo estimado próximo de 1,5 milhões de euros. Face às descobertas no espaço do "Quintalão" e às alterações previstas para o exterior, será adjudicada uma revisão do projeto de arquitetura e execução, com vista à realização da fase final da obra. Em matéria de transportes públicos, foi referido que a Câmara irá avaliar a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda. Em resposta à questão colocada pelo Grupo Municipal do PSD, o Presidente reconheceu que existem períodos de maior pressão, mas que as queixas não são uniformes ao longo do dia. Quanto a incidentes relacionados com imigrantes, sublinhou que o Município não tolera qualquer tipo de discriminação, considerando todos os residentes legais como cidadãos de pleno direito. Condenou a violência e informou que foi solicitado o reforço da vigilância às autoridades competentes. Sobre a videovigilância, referiu que esta poderá ser útil para a identificação de agressores, mesmo que os atos não ocorram diretamente sob vigilância. O levantamento das necessidades foi feito com as forças de segurança, estando em análise os custos e condições técnicas para instalação (energia e fibra ótica). Está em curso o estudo para a expansão da rede de fibra no concelho, dividindo-se o território em zonas prioritárias e não prioritárias. Espera-se, até ao



final do ano, apresentar uma proposta integrada para videovigilância e fibra ótica, sendo remetido o processo à Comissão Nacional de Proteção de Dados antes da abertura do concurso em 2026. Sobre a gestão da água, informou que Lagos é um dos municípios com maior investimento em gestão hídrica. Existem campanhas de redução de consumo, sobretudo em usos não domésticos. No entanto, um estudo recente da DECO indicou que Lagos tem uma das taxas de perdas mais elevadas do país - valor que, segundo explicou, está sobrevalorizado por não deduzir os autoconsumos. Está em curso um plano para redução dessas perdas. Relativamente à praia do Pinhão, foi realizado um estudo geológico e geotécnico que confirmou a existência de algares, justificando a deterioração da escadaria do Canelas. Está previsto inutilizar essa escadaria e criar um miradouro, com novo acesso por escada de madeira. A APA foi informada da situação e do risco de desmoronamento. No caso da arriba da Praia da Dona Ana, foi necessário o Município assumir a obra, depois de insistência junto do Ministério do Ambiente, estando previsto financiamento no âmbito do POCUR. A obra teve de ser adiada até encontrar uma empresa especializada e um período seco. Está agora em execução e visa reforçar toda a frente costeira. Em resposta à CDU, referiu que só é possível assumir competências de outras entidades mediante contratos interadministrativos, o que foi feito por se tratar de interesse público. Sobre a vegetação espontânea, afirmou que a escolha é entre o uso de herbicidas ou a presença inevitável de ervas daninhas. Quanto aos acidentes de trabalho, referiu que, embora indesejáveis, os que ocorrem são normalmente no manuseamento de materiais. Sobre a iluminação da muralha, informou que o concurso ficou deserto e estão a ser estudadas alternativas. Nas áreas empresariais está a ser cumprido o previsto contratualmente, com enfoque na economia verde, estando previstas estações de carregamento elétrico. Relativamente aos autos prescritos, referem-se ao período de transição e à dificuldade em identificar condutores. A situação está a ser regularizada. As 25 reclamações de ruído prendem-se com situações comuns entre vizinhos ou com bares. Quanto ao parecer jurídico solicitado, explicou que se trata de matéria urbanística complexa, sendo prudente obter pareceres externos em projetos de grande valor para salvaguarda jurídica do Município. Sobre a escola das Naus, informou que a obra deverá ter início em janeiro de 2025. No que diz respeito ao parque habitacional existente, referiu que os inquilinos têm beneficiado de apoios superiores aos do mercado privado, nomeadamente durante a pandemia, período em que não pagaram renda. A reabilitação tem sido uma prioridade na Estratégia Local de Habitação. O Conselho Municipal de Segurança reúne quando necessário. A contratação de assessoria técnica resulta de exigências legais e da necessidade de garantir a boa gestão de empreitadas complexas, com rigorosos requisitos do Tribunal de Contas e dos financiamentos europeus. Relativamente ao Auditório Municipal, pretende-se integrá-lo num concurso de ideias que abranja a terceira fase do Anel Verde, a requalificação do Parque Júdice Cabral e a revisão das duas primeiras fases do projeto. Espera-se, em breve, adjudicar a reabilitação do parque. Sobre o Forte da Ponta da Bandeira, está a ser ultimado um projeto para viabilizar a obra de intervenção. Em relação à acessibilidade do centro histórico, aguarda-se o regresso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 128v.

do Arquiteto Frederico para se concluir o processo. Por fim, quanto à recolha de resíduos sólidos urbanos, referiu que têm existido avanços e recuos com a empresa Algar, sendo a resolução feita caso a caso. A situação, embora complexa, está a ser acompanhada.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) questionou qual o ponto de situação do programa municipal de apoio à vacinação infantil, lançado no presente ano. Relativamente ao programa de redução do consumo de água, perguntou se já existem dados que permitam verificar uma eventual redução por parte dos consumidores. Congratulou a Câmara Municipal pela celebração do Dia Nacional dos Arquivos e solicitou informações sobre o ponto de situação do novo Arquivo Municipal. Sobre a intervenção na barra do porto de Lagos, referiu que a Câmara Municipal tem vindo a reclamar a ausência de intervenções naquela infraestrutura e nas estruturas contíguas, questionando se já houve alguma resposta por parte do Estado. Felicitou ainda a autarquia pela realização de mais uma edição das Marchas Populares. No que se refere ao processo de descentralização de competências, nomeadamente no domínio da gestão dos museus e monumentos, e no contexto da recente reorganização da Direção-Geral do Património Cultural, referiu que essa entidade e o próprio Estado concluíram existir vantagens em que determinados monumentos passem para a gestão municipal, existindo já diversos municípios com essa situação regularizada. Neste âmbito, questionou se a Câmara Municipal considera pertinente seguir esse caminho, propondo a integração de três equipamentos patrimoniais no referido programa: as muralhas e baluartes, a Igreja de São Sebastião e o Forte da Ponta da Bandeira. Considerou que esta nova reformulação jurídica pode representar uma oportunidade para que o Município assumira a gestão destes monumentos - atualmente degradados e frequentemente alvo de pedidos de requalificação - permitindo, assim, a sua valorização, com acesso a verbas específicas e com um tratamento condigno do património que integra a identidade coletiva da cidade. Sublinhou, por fim, que Lagos ainda não integra este programa.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF), a propósito do Concurso Internacional para o Fornecimento de Energia Elétrica a Edifícios Municipais, questionou se a Câmara Municipal pondera, num futuro próximo, encomendar um estudo sobre as vantagens e desvantagens económico-financeiras e ambientais da instalação de painéis solares nos edifícios municipais, tendo em conta as condições excecionais de exposição solar do concelho e o agravamento das alterações climáticas. Destacou que tal medida poderia contribuir não só para a poupança energética e redução da fatura energética municipal, como também para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Relativamente ao turismo, recordou que nos aproximamos da época alta e questionou se já existe uma solução concreta para a proibição de circulação de viaturas no centro histórico. Referiu ainda o problema das raízes dos pinheiros na Avenida da Fonte Coberta, alertando que a situação se está a agravar e representa um risco para a segurança dos transeuntes. No que respeita aos requerimentos apresentados pelo seu Grupo Municipal, lembrou que, desde 2022, permanecem sem resposta dez requerimentos, tendo solicitado novamente essa informação. Sobre as contas do Município, destacou que a receita

Fl. 129



proveniente do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) tem sido, nos últimos anos, a principal fonte de receita, devido à sua evolução acentuada. Em 2022, referiu, o IMT arrecadou um total de 36.183.884,00 € (trinta e seis milhões, cento e oitenta e três mil, oitocentos e oitenta e quatro euros), e, embora em 2023 tenha registado uma redução de cerca de 19%, o valor ainda foi de 29.320.943,00 € (vinte e nove milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e quarenta e três euros). Alertou, contudo, para o risco de esta tendência decrescente do IMT se manter, em contraste com o aumento das despesas municipais, como já havia sido referido na Declaração de Voto do seu Grupo Municipal relativamente às Contas apresentadas em 29 de abril. Sublinhou que, caso essa quebra de receita se torne estrutural, e considerando que muitas despesas operacionais do Município são de carácter permanente, poderá surgir um desequilíbrio orçamental. Referiu ainda que, nos primeiros cinco meses do presente ano, o IMT voltou a registar uma descida significativa de 33% face ao período homólogo do ano anterior. Em simultâneo, as despesas totais aumentaram 6% e as receitas totais desceram 12%, resultando num saldo negativo de 7.995.000,00 € (sete milhões, novecentos e noventa e cinco mil euros) nesse período. Questionou, por fim, que medidas estão a ser equacionadas para fazer face a este cenário que, a persistir, poderá colocar em risco a sustentabilidade financeira do Município, sobretudo tendo em conta o elevado investimento que está a ser feito na área da habitação.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA), a propósito da segunda fase da intervenção na Ponta da Piedade, questionou se os pinheiros plantados foram efetivamente colocados conforme previsto no projeto original, manifestando preocupação quanto à sua sobrevivência, devido à exposição ao pó e à escassez de água. Referiu, ainda, que o parque destinado aos autocarros está a ser indevidamente utilizado por turistas e por viaturas da plataforma Uber, o que tem dificultado as manobras dos transportes coletivos de passageiros. Sublinhou também que, apesar da proibição de circulação de autocarros até à Ponta da Piedade, se verifica o desrespeito da sinalização por parte dos veículos tuk-tuk, levantando a questão de saber se seria possível criar uma exceção à proibição para permitir o acesso de táxis transportando pessoas idosas.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) referiu que, no âmbito da Quarta Comissão Permanente, tem sido feito um trabalho contínuo de auscultação da área social, acompanhando de perto as diversas associações que desenvolvem atividade solidária no concelho. Nesse contexto, destacou que as informações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente à associação Refood já foram apresentadas à referida Comissão, manifestando satisfação pelo facto de a Câmara Municipal ter atribuído uma sede àquela entidade. Mencionou ainda a presença, em reunião da Comissão, do Instituto Fonte de Vida, que apresentou as suas necessidades. Para além do apoio já prestado pela Câmara Municipal, sublinhou a candidatura daquela instituição ao programa Agir, com o objetivo de criar novos serviços destinados a pessoas em situação de sem-abrigo. Referiu exemplos concretos e enalteceu o trabalho desenvolvido em parceria, considerando-o muito válido, e felicitou o Executivo Municipal pelo apoio concedido. Por fim, questionou o Executivo sobre o projeto “Viver o Verão”, solicitando informações relativas ao número total de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 129v.

vagas disponibilizadas e à percentagem correspondente ao programa “Viver o Verão + In”.

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, informou que, no âmbito do programa municipal de apoio à vacinação infantil, foram recebidos cerca de trinta pedidos. Relativamente ao novo edifício para o Arquivo Municipal, referiu que estão em curso negociações para a aquisição de um loteamento industrial, cuja aprovação está iminente. Está a ser considerada a hipótese de aquisição desse espaço com o objetivo de construir três ou quatro lotes de raiz para instalar o Arquivo. Quanto à barra do porto de Lagos, comunicou ter recebido resposta da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), indicando que será lançado um concurso para garantir a possibilidade de deslocação da draga sempre que necessário, em modelo regionalizado. Este concurso inclui igualmente a manutenção dos pontões e molhes, o que permitirá resolver os problemas identificados no cais da Solaria. Sobre as Marchas Populares, afirmou que o modelo adotado permitiu que o evento decorresse com sucesso. No que respeita ao património nacional, esclareceu que a Igreja de São Sebastião nunca poderá passar para a tutela municipal por se tratar de um edifício religioso. Relativamente às muralhas, referiu que representam apenas custos para o Município, sendo que a sua manutenção é autorizada pelo Estado. Até ao momento, foi possível intervir nas zonas mais urgentes, num investimento de cerca de um milhão de euros. Contudo, continua a faltar um investimento estimado em seis milhões de euros, estando a Autarquia a aguardar apoio por parte da CCDR ou a criação de um programa de financiamento para concretizar a obra. No caso do Forte da Ponta da Bandeira, referiu que a receita obtida é inferior às despesas e que, informalmente, já se encontra sob gestão municipal. Sobre o contrato de fornecimento de energia elétrica, indicou que há uma equipa a ser constituída para desenvolver questões relacionadas com a eficiência energética e a gestão hídrica dos edifícios municipais. Aguarda-se resposta no âmbito do contrato já estabelecido, que abrange maioritariamente a iluminação pública. Relativamente ao trânsito na zona da Ponta da Piedade, referiu que foi testada a colocação de uma baía, mas sem sucesso. Está-se agora a aguardar pela implementação do projeto previsto no plano de mobilidade. Sublinhou que, apesar do trânsito não ser intenso, bastam um ou dois veículos para gerar risco, especialmente devido à velocidade excessiva dos estafetas, que já foram sensibilizados para adotarem comportamentos mais cautelosos. No que diz respeito às raízes dos pinheiros na Avenida da Fonte Coberta, informou que está em fase de estudo uma intervenção no âmbito do projeto da ciclovia, que prevê a eliminação de uma faixa de árvores para viabilizar a construção da infraestrutura, resolvendo assim o problema num dos lados da avenida. Sobre os requerimentos por responder, comprometeu-se a averiguar a situação. Relativamente à situação financeira do Município, reconheceu que existe uma quebra na receita do IMT, mas assegurou que está a ser feita uma gestão cautelosa, com esforços para conter a despesa. A receita proveniente do IMT tem permitido viabilizar grande parte dos investimentos e, embora tenha registado alguma redução, a situação encontra-se sob controlo. Relembrou que todas as grandes obras contam com o apoio de fundos comunitários



e que Lagos foi o concelho com maior volume de investimento aprovado no Algarve. Sublinhou, no entanto, que há obras não financiadas que são emergentes e que continuam a ser executadas. A arrecadação de receita via IMT mantém-se estável, uma vez que o concelho continua a ser procurado no mercado imobiliário, apesar do crescimento da componente hoteleira. Em relação à intervenção na Ponta da Piedade, afirmou tratar-se de uma das obras mais difíceis de executar, elogiando o empenho do empreiteiro na sua concretização. Lamentou, contudo, os frequentes atos de vandalismo, mencionando que, diariamente, são encontradas infraestruturas danificadas. Alertou para o desrespeito da sinalização e esclareceu que os parques só foram autorizados nas condições atualmente em vigor, sendo o acesso ao farol reservado às autoridades. Informou ainda que os veículos tuk-tuk já foram devidamente notificados de que não podem circular naquela área.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge, informou que, na sequência das medidas definidas em reunião do Conselho de Ministros, foi possível cumprir a meta de redução de 15% no consumo de água. Referiu, no entanto, que com as chuvas ocorridas em abril e com a adoção de novas medidas, o grau de cumprimento atual se situa apenas nos 5% da redução inicialmente estipulada. Sublinhou que, apesar dos esforços significativos feitos pela população para reduzir o consumo, os efeitos positivos alcançados foram parcialmente anulados com o anúncio das novas medidas, que geraram uma perceção de menor urgência. Acrescentou que, até à data, não se registaram cortes no abastecimento de água e expressou a expectativa de que a situação venha a melhorar no decorrer do presente mês.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, Carlos Fonseca (PS), informou que o novo mercado de Odiáxere será inaugurado no próximo dia 1 de julho, pelas 10 horas. Lamentou o atraso na sua conclusão, referindo que a infraestrutura já deveria estar concluída há bastante tempo. Após quase dois anos, congratulou-se por finalmente se encontrar em condições de abrir ao público.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 20 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 39 minutos.-----

-----**PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO ACORDO DE RENOVACÃO DO CONTRATO-PROGRAMA ESTABELECIDO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A LAGOS-EM-FORMA - GESTÃO DESPORTIVA, E. M., S. A. PARA PROMOÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-684-15.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira explicou a proposta.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que esta proposta passou na Reunião de Câmara por escassa maioria e solicitou uma explicação pelo voto contra à proposta para que pudessem ficar melhor esclarecidos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 130v.

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que o assunto em apreço não é novo, recordando que o Tribunal de Contas já interveio, em sede de contencioso, relativamente aos contratos celebrados entre o Município de Lagos e a empresa municipal Lagos em Forma – Gestão Desportiva, E.M., S.A., no que diz respeito a factos ocorridos em 2017. Considerou que o documento em discussão deveria ter sido previamente apresentado e devidamente explicado aos membros da Assembleia Municipal, em sede de Comissão Especializada, por forma a permitir um acompanhamento mais rigoroso do processo e assegurar que a votação fosse realizada com pleno conhecimento de causa, prevenindo eventuais surpresas futuras. Recordou que os membros da Assembleia Municipal são responsáveis pelas decisões tomadas num horizonte temporal de vinte anos. Referiu, ainda, que no ponto 2 da informação jurídica se menciona que o valor associado à renovação do contrato em causa perfaz uma despesa de 744.000,00 € (setecentos e quarenta e quatro mil euros), ficando abaixo do limite mínimo de 750.000,00 € (setecentos e cinquenta mil euros), valor a partir do qual é exigida a submissão do contrato ao visto prévio do Tribunal de Contas. Sublinhou que tal proximidade levanta a suspeita de que o montante poderá ter sido ajustado propositadamente para evitar esse procedimento de fiscalização. Considerou que, precisamente por se tratar de um valor tão próximo do limiar estabelecido, o contrato deveria ter um montante ligeiramente superior, de modo a garantir a sua sujeição ao visto prévio e evitar dúvidas ou notificações futuras por parte do Tribunal de Contas, como aconteceu recentemente com outros contratos. Defendeu que este ponto deveria ser objeto de uma discussão aprofundada sobre o modelo de gestão da empresa municipal em causa, de modo a avaliar se o mesmo deve manter-se ou ser reformulado, em nome de maior transparência, eficácia e racionalização dos procedimentos de contratação pública. Informou que o Grupo Municipal da LCF já propôs, anteriormente, a integração de todas as competências da empresa Lagos em Forma nos serviços da Câmara Municipal, considerando que essa medida permitiria ganhos de eficiência, uma melhor identificação dos riscos associados e uma eventual redefinição da forma de gestão dos espaços públicos, nomeadamente dos equipamentos desportivos. Concluiu a sua intervenção indicando o sentido de voto do seu Grupo Municipal.---

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) indicou o sentido de voto e informou que enquanto estiver a decorrer o processo no Tribunal de Contas em relação a um assunto idêntico a este e, sempre que este assunto vier ao plenário, votarão da mesma forma.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) indicou o sentido de voto do seu Grupo Municipal e recordou que a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que entrou em vigor em fevereiro de 2013, aprovou o regime jurídico das entidades empresariais locais. Destacou, em particular, o disposto no artigo 62.º da referida lei, que estabelece, sem prejuízo do Código das Sociedades Comerciais, a obrigatoriedade de dissolução de empresas locais comerciais no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das situações ali previstas. Referiu que uma dessas situações consiste na verificação de resultados líquidos negativos nos três exercícios consecutivos anteriores, o que, segundo afirmou, se verificou na empresa municipal Lagos em Forma - Gestão Desportiva, E.M., S.A. Considerou, por esse motivo, que a empresa deveria ter sido dissolvida



em 2013, não o tendo sido, encontrando-se, desde então, a funcionar em situação de irregularidade legal. Relativamente aos contratos celebrados e ao modelo de financiamento da empresa, reiterou a posição já manifestada anteriormente por um vereador do PSD. Assinalou que a empresa opta por registar as verbas provenientes da Câmara Municipal como receitas de vendas e prestações de serviços, em vez de as classificar como subsídios à exploração, o que, na sua opinião, distorce os indicadores financeiros relevantes e poderá permitir o cumprimento artificial de critérios previstos no artigo supracitado.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, afirmou confiar nos técnicos da Câmara Municipal com base nos despachos apresentados, e indicou o sentido de voto do seu Grupo. -----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) questionou por que motivo, mais uma vez, se está a proceder à renovação de um contrato-programa que deixou caducar há mais de seis meses, alertando para as possíveis consequências desta situação para quem gere a entidade em causa. Perguntou ainda se não teria sido possível proceder à renovação de forma mais atempada.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, informou o sentido de voto dos vereadores da Câmara Municipal relativamente ao ponto em discussão e sublinhou que um autarca deve estar preparado para assumir os riscos e responsabilidades inerentes ao exercício das suas funções, bem como às decisões tomadas. Acrescentou que, no caso em análise, não existe qualquer prejuízo ou dolo associado ao contrato-programa em causa, o qual visa garantir a prestação do melhor serviço possível à cidade. Relativamente à questão da eventual internalização da atividade desenvolvida pela empresa municipal, referiu que tal medida não teria impacto financeiro relevante. Sobre a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, afirmou que esta é clara e que foi solicitado parecer ao revisor oficial de contas, em cumprimento da mesma. A tramitação legal foi, segundo explicou, devidamente cumprida, tendo o processo sido validado, ainda que com algum atraso nos prazos, o que acabou por prejudicar a empresa Lagos em Forma, que perdeu receitas nos últimos seis meses. Explicou ainda que o subsídio atribuído pelo Município à Lagos em Forma se justifica pelas significativas perdas sofridas pela empresa durante o período da pandemia de COVID-19, sendo ainda necessário proceder a vários investimentos - alguns dos quais resultam de solicitações da própria Assembleia Municipal - dando, a esse propósito, exemplos concretos. Sublinhou que o Município optou por conceder previamente essa compensação à empresa municipal, de modo a permitir uma maior folga orçamental para execução dos investimentos previstos. Em resposta à questão levantada pelo Grupo Municipal do PSD sobre a faturação, esclareceu que o procedimento adotado é legítimo. Indicou que, quando o Município aluga o pavilhão ou este se encontra cedido a clubes, é cobrada a taxa estipulada, pelo que não se trata de um subsídio, mas sim da aplicação das regras previstas.-----

-----O Sr. Vereador Alexandre Nunes referiu que o contrato em apreciação está a ser renovado, apesar de, há alguns anos, ter sido alvo de um processo no Tribunal de Contas, processo esse que, até à data, ainda não obteve resposta definitiva por parte daquela entidade. Considerou que, como medida de salvaguarda, é essencial que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 131v.

documentos apresentados pela Câmara Municipal, enquanto órgão colegial, estejam completos e suficientemente claros. Assinalou que, por vezes, não se sente devidamente capacitado para deliberar com segurança, devido à insuficiência da informação disponibilizada. Por esse motivo, declarou ter votado contra o documento em questão.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que esta é uma questão que gera divisão e levanta dúvidas significativas. Informou que o Tribunal de Contas tem um processo aberto sobre esta matéria e, nesse sentido, o Grupo Municipal do PSD entende que o exercício das funções de eleito local deve ser pautado pela máxima abertura e transparência. Considerou que a diferença entre o valor do contrato-programa e o valor mínimo exigido para sujeição a visto do Tribunal de Contas representava uma oportunidade para, precisamente em face da existência do processo pendente, submeter voluntariamente esta documentação àquele Tribunal. Tal medida, na sua opinião, garantiria uma maior clareza e rigor no processo, sendo uma oportunidade perdida para assegurar que tudo fosse feito com a maior transparência possível. Acrescentou que o PSD não pretende que haja despedimentos na empresa Lagos em Forma - Gestão Desportiva, E.M., S.A., mas discorda da lógica político-institucional que foi incorporada naquela entidade. Sublinhou a existência de uma fronteira demasiado ténue entre aquilo que são consideradas receitas e aquilo que, na prática, poderão ser subsídios à exploração. Relativamente à atividade desportiva remunerada desenvolvida pela empresa, referiu a ausência de um estudo de mercado local e regional, devidamente acompanhado de elementos económicos e financeiros, o que, na sua perspetiva, continua a levantar dúvidas sobre a eventual concorrência que a empresa municipal possa estar a fazer a operadores privados de serviços desportivos no concelho. Referiu que, após vários anos a colocar esta questão, o Grupo Municipal do PSD continua sem acesso a um documento que comprove que a atuação da empresa não interfere com a atividade económica local, especialmente num setor com expressão significativa como é o da prestação de serviços desportivos. Por fim, levantou também dúvidas relativamente à gestão dos parques de estacionamento, apontando que, embora sejam conhecidas as receitas associadas, não são divulgadas as despesas correspondentes. Considerou que esta situação não se adequa à realidade financeira de uma empresa municipal com as características da Lagos em Forma. Concluiu a sua intervenção indicando o sentido de voto do seu Grupo Municipal.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF), em resposta à intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, observou que cada interveniente adota as premissas que lhe permitem alcançar as conclusões que pretende. Esclareceu que o Grupo Municipal da LCF não pretende o despedimento de trabalhadores nem a desativação das atividades desportivas desenvolvidas pela empresa municipal, reconhecendo o benefício que estas representam para a sociedade. Considerou, no entanto, que se deve adotar uma terminologia mais adequada ao debate e apresentou exemplos nesse sentido. Recordou que, todos os anos, são abertos diversos procedimentos concursais, pelo que não se justifica invocar o risco de despedimentos. Defendeu que existem outras soluções possíveis e que se deve optar por garantir uma



abordagem que não exponha os membros da Assembleia Municipal ao risco de fiscalização futura pelo Tribunal de Contas. Nesse âmbito, questionou se não seria mais vantajoso, para a credibilidade da Câmara Municipal e para a tranquilidade dos eleitos locais, definir um valor contratual que justificasse a submissão do contrato a visto prévio do Tribunal de Contas. Considerou que essa opção poderia servir para prevenir problemas e conferir maior segurança e transparência ao processo, dado que a diferença entre o valor atual do contrato e o limiar legal para obrigatoriedade de visto é muito reduzida. Sublinhou que, nesta matéria, o problema tem sido analisado apenas sob uma única perspetiva, desconsiderando aspetos relevantes e encerrando o debate, quando, na sua opinião, seria desejável abrir um diálogo mais flexível e alargado, de forma a explorar eventuais vantagens associadas à internalização dos serviços. Referiu ainda que os custos relacionados com os parques de estacionamento deverão aumentar, uma vez que muitos espaços carecem de obras de requalificação e, atualmente, há zonas onde é impossível estacionar por ausência de condições adequadas. Criticou o facto de o contrato em vigor ter eliminado o período gratuito de 15 minutos, anteriormente concedido, o que, no seu entender, afeta negativamente os munícipes no seu quotidiano e traduz uma tendência excessiva para procurar financiamento em todas as vertentes. Por fim, apelou a que se abandonem preconceitos e se promova uma discussão séria e aberta sobre este tema em sede de Comissão Especializada Permanente, permitindo aos membros da Assembleia acompanhar de forma informada os processos em causa. Considerou ainda que o atual modelo de gestão não é o mais adequado e que deve haver abertura para ponderar alternativas.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) afirmou que o partido CHEGA é favorável à internacionalização dos serviços municipais, considerando esta uma opção válida a explorar. Acrescentou que não existe, da parte do seu Grupo, qualquer estigma quanto à possibilidade de se concessionar um ou dois parques de estacionamento subterrâneos, ao contrário do que foi anteriormente sugerido. Referiu que, sempre que se discute um tema relacionado com a empresa municipal Lagos em Forma – Gestão Desportiva, E.M., S.A., se os serviços estivessem internacionalizados, seria possível ter um debate que atualmente não se verifica. Considerou, ainda, que o facto de o presidente do conselho de administração da empresa ser simultaneamente o responsável pela entidade que a financia dificulta a gestão e a separação clara entre as duas estruturas. Na sua perspetiva, a separação dessas funções facilitaria a gestão e permitiria maior eficácia nas valências dos serviços prestados pela empresa municipal, caso esta fosse internacionalizada. Sublinhou também que a internacionalização traria vantagens adicionais para os trabalhadores, promovendo maior igualdade entre funcionários, nomeadamente em matéria de acesso a regimes como a ADSE, I.P., bem como na harmonização dos salários e dos horários de trabalho. Concluiu a sua intervenção indicando o sentido de voto do seu Grupo Municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que, na sua perspetiva, a internacionalização dos serviços não traria qualquer poupança efetiva para o Município. Relativamente às Comissões Especializadas, afirmou que estas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 132v.

têm vindo a reunir com frequência e a discutir diversos assuntos relevantes. Referiu que o administrador da empresa municipal Lagos em Forma – Gestão Desportiva, E.M., S.A., já participou em múltiplas reuniões dessas comissões e, por isso, se os temas não foram debatidos em profundidade nesses fóruns, tal não se deve à ausência de oportunidade para o efeito. Defendeu que a internacionalização não constitui a solução mais adequada, tendo em conta a natureza da atividade económica exercida pela empresa, e sublinhou que esta não desenvolve exclusivamente atividade de âmbito municipal, apresentando exemplos nesse sentido. Afirmou que não existe qualquer justificação para extinguir a empresa e que, caso essa fosse a intenção do Executivo, já se teria avançado nesse sentido. Informou ainda que está em curso uma avaliação por parte do Tribunal de Contas, com o objetivo de verificar se o enquadramento jurídico e os princípios aplicados foram corretamente considerados. Esclareceu que o valor do contrato resulta de um estudo prévio fundamentado e que, relativamente à questão do visto do Tribunal de Contas, a sua obtenção pode ocorrer antes ou depois da celebração do contrato, sem que isso implique a inacessibilidade da instituição ao respetivo documento. Concluiu referindo que, se a lógica fosse a de evitar o visto através da definição de valores abaixo do limiar legal (750.000,00 €), então todas as empreitadas teriam de ser fixadas abaixo desse montante, o que não corresponde à realidade nem ao procedimento habitual da autarquia.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que o administrador da empresa Lagos em Forma – Gestão Desportiva, E.M., S.A., participou em duas reuniões da comissão especializada. Em ambas as ocasiões, afirmou que, no dia seguinte, seria remetido à comissão um conjunto vasto de informações relativas às questões então apresentadas. No entanto, lamentou que, passados cerca de três meses, essa documentação ainda não tenha sido enviada.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto 4: **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO ACORDO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA ESTABELECIDO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A LAGOS-EM-FORMA - GESTÃO DESPORTIVA, E. M., S. A. PARA PROMOÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO DESPORTO**, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	0	0	0	0	0	14
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	3	2	2	1	1	9

-----Nesta votação não participou o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo

-----**DELIBERAÇÃO N.º 84/AM/2024:**

-----**Aprovado**, por maioria, a renovação do Contrato-Programa estabelecido entre o Município de Lagos e a Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva, E.M., S.A., para



promoção e gestão de equipamentos desportivos e prestação de serviços na área do desporto, nos termos previstos no n.º 5, do Artigo 47.º, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 19 de junho de 2024.-----

-----O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O Partido Social Democrata vota contra com base nos seguintes fundamentos: 1. Jurídico/Legal: A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.os 53-F/2006 de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro. No artigo 62.º - Dissolução das empresas locais é referido que: “1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações: a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 /prct. dos gastos totais dos respetivos exercícios; b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50/prct. das suas receitas; c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo; d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.” Considerando que no ano 2010 a empresa Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva, E. M., S. A apresentou um resultado líquido negativo, a mesma devia ter sido dissolvida e, portanto, funciona de forma irregular e a Câmara Municipal não pode celebrar contratos-programa com esta entidade. 2. Político: A opção de conceder à LEF as receitas da exploração do estacionamento quando os custos dos parques ficam a cargo do município é uma maneira encapotada de subsidiar esta empresa. Acresce que apesar do parecer positivo do ROC a LEF opta por registar receitas provenientes da Câmara Municipal como se fossem Vendas e Serviços Prestados em vez de Subsídios à Exploração. Assim, devido aos motivos apresentados votamos contra.”-----

-----O Grupo Municipal da LCF apresentou a seguinte Declaração de Voto: “1. Uma vez que recentemente o Tribunal de Contas interveio num contencioso relativamente aos contratos firmados entre o ML e a LEF, remontando a factos ocorridos em 2017, consideramos que este documento deveria ser alvo de uma explicação prévia aos membros da AM, em sede de comissão especializada, para que a votação fosse realizada em consciência e evitar surpresas desagradáveis no futuro dado que somos responsáveis durante 20 anos pelas deliberações, que realizamos nas reuniões da AM; 2. Temos também a notar que relativamente ao considerado no ponto 2 da informação jurídica, o valor para renovação do contrato perfaz uma despesa de 744.000,00 euros, abaixo do limite mínimo de 750.000,00 euros que o Tribunal de Contas impõe para a submissão e fiscalização prévia para visto do contrato. Fica a ideia de que este valor foi ajustado para evitar o visto do Tribunal de Contas. Assim, a nossa opinião é que o montante da despesa, dado que se encontra perto do valor mínimo para o Tribunal de Contas atribuir o visto, deveria ser um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 133v.

pouco superior aos 750.000 euros, para ser atribuído o visto prévio e evitar qualquer dúvida que o Tribunal de Contas pudesse vir a colocar no futuro, e consequentemente notificar os membros da AM, como fez referiu anteriormente. 3. No que concerne ao timing da aprovação deste contrato, estar só agora a ocorrer, não nos parece correto dado que o contrato se iniciou em 01-01-2024 e vai até ao dia 31-12-2024, o que implica dizer que o ML e a LEF, segundo estes dados, estiveram cerca de 6 meses num vazio legal relativamente ao contrato em apreço; 4. Passados alguns anos da criação da empresa Municipal Lagos-em-Forma, questiona-se também o modelo adotado de gestão, atendendo a que esta empresa deveria por si só obter receitas que fizessem face às despesas, ou seja resultados operacionais perto de zero. Sabemos que esse não foi o modelo adotado, dado que a empresa vive financeiramente, em grande parte das receitas provenientes da Autarquia para justificar a sua existência e manutenção. Como podemos constatar na página 35 do documento de prestação de contas do ML, é mencionado que só para a utilização das instalações municipais públicas utilizadas pelos clubes foram emitidas faturas no valor de 436.624,53 euros. A empresa Lagos em-Forma emite as faturas aos clubes pela utilização dos equipamentos desportivos municipais e a autarquia paga as faturas à empresa municipal. Estranho modelo de gestão, no qual a nossa autarquia paga para utilizarem os equipamentos que pertencem à própria autarquia; 5. Esta faturação é artificial, dado que o Município pagou o montante referido à empresa Municipal Lagos-em-Forma, que é 100% detida pelo mesmo. A estas verbas acrescem ainda os subsídios atribuídos em 2023 pela Autarquia à empresa, o montante de 372.000,00 euros, montante igual ao que está a ser proposto aprovar; 6. Acrescem ainda as verbas arrecadadas relativas ao estacionamento à superfície na Avenida dos Descobrimentos e nos parques da Frente Ribeirinha e do Anel Verde, explorados pela empresa Lagos-em-Forma sendo que o montante arrecadado, em 2023, foi de 1.456.526,43 euros, segundo o relatório das contas da Lagos-em-Forma; 7. De notar que os custos com o financiamento dos dois parques de estacionamento, têm sido encargos do município, enquanto as receitas são da Lagos-em-Forma o que, em nosso entender, justificaria por este aspeto, uma revisão séria deste modelo de gestão. Os valores totais dos subsídios atribuídos, das faturas de utilização dos espaços públicos desportivos, pagos pela autarquia à Lagos-em-Forma e as receitas dos estacionamentos dos parques, que deveriam ser receitas da autarquia, passaram para a empresa municipal, o que nos levanta dúvidas, se esta solução, administrativa e juridicamente está em conformidade com a Lei; 8. O montante total atribuído à empresa Lagos-em-Forma, pela autarquia, direta e indiretamente, atingiu um valor de 2.265.150,96 euros no ano de 2023; 9. No atual modelo adotado de gestão, em nosso entender, o valor de 2.265.150,96 euros deveria transitar do município de Lagos, em forma de subsídio à exploração e não criando outras formas empacotadas e camufladas de subsidiar a empresa municipal Lagos-em-Forma, que podem um dia vir a ser de novo questionadas pelo Tribunal de Contas. Nesse caso serão os eleitos locais apontados como responsáveis, que ano após ano, votam a favor ou votam com a abstenção, pensando que estão a fazer o melhor e podem não estar; 10. Em nosso entender, deveria ser realizada uma discussão séria sobre esta empresa municipal, no sentido de se perceber se o modelo



em vigor deveria continuar ou ser alterado tendo em vista maior transparência, eficácia e otimização de recursos públicos. Da nossa parte já propusemos a integração de todas as competências desta empresa municipal nos serviços da própria CML adotando a sua internalização. Muito se poderia poupar. Até que seja discutido o modelo de gestão, identificando os riscos que poderão estar associados e se encontre, se for caso disso, uma nova forma de gestão dos espaços públicos municipais desportivos, por precaução iremos votar contra todas as deliberações que estejam associadas à empresa Lagos Em Forma; 11. Lagos com Futuro, vota contra esta deliberação.”-----

-----**PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO ESTRATÉGICO PARA A JUVENTUDE 2024-2027:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-684-20.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho explicou a proposta.-----

-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Joaquina Matos (PS) informou que deram entrada na mesa duas propostas de alteração ao Plano Estratégico para a Juventude 2024-2027 apresentadas pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA que foram distribuídas atempadamente.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) explicou as propostas de alteração.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) questionou se seria possível proceder à alteração de um plano estratégico no âmbito da Assembleia Municipal. Referiu que, relativamente aos regulamentos, essa possibilidade não suscita dúvidas, mas manifestou incerteza quanto à legitimidade da Assembleia para alterar um documento com natureza de plano estratégico.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) afirmou que o Grupo Municipal do PSD considera desadequada a limitação de uma atividade económica, conforme consta do documento em análise, especialmente numa cidade como Lagos, cuja economia assenta essencialmente no turismo. Questionou a lógica subjacente a tal limitação, considerando que a legislação nacional já impõe diversos constrangimentos àquela atividade e que, no caso específico de Lagos, a sociedade local poderá não concordar com essa medida. Acrescentou que o PSD não concorda com esta limitação, considerando tratar-se de uma área prioritária, e defendeu que o momento atual não é o mais oportuno para a adoção dessa medida. Considerou ainda que a legislação vigente já estabelece de forma clara os parâmetros de atuação dos municípios nesta matéria e que a adoção desta medida compromete a credibilidade e razoabilidade do documento apresentado.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, referiu que, de acordo com a legislação atualmente em vigor, o Alojamento Local é proibido, com exceção das unidades já existentes. Sublinhou que o Executivo Municipal discorda desta legislação, mas que, no documento em análise, pretende-se refletir e valorizar os problemas identificados pela juventude, sendo a habitação um dos temas centrais. Informou que este tema será aprofundado na futura Carta Municipal da Habitação, a qual permitirá traçar um retrato atual do Município e projetar o seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 134v.

desenvolvimento futuro. Nesse âmbito, defendeu que a Carta deverá igualmente integrar uma estratégia para o Alojamento Local, estabelecendo limites por zonas, em vez das restrições generalizadas atualmente impostas. Explicou que existem zonas do concelho com vocação para habitação familiar e arrendamento urbano, e outras que poderão ser mais adequadas à utilização turística. A Carta Municipal da Habitação procurará, por isso, identificar essas diferenças e introduzir regras que impeçam que habitações destinadas ao arrendamento urbano sejam desviadas para alojamento turístico, contribuindo para o agravamento dos preços da habitação. Referiu ainda que a nota constante do documento em apreciação contou com a participação ativa dos jovens, os quais apontaram a habitação como um dos principais problemas do concelho. Concluiu afirmando que não concorda com a retirada da referência ao tema do Alojamento Local do documento atual, uma vez que este não impõe qualquer limitação direta à atividade económica. Reforçou que será na Carta Municipal da Habitação que se definirão, de forma clara, as zonas onde o Alojamento Local será proibido e as zonas onde será permitido, validando assim uma estratégia para o futuro da habitação no concelho.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que, no mês de maio, o Governo apresentou uma nova estratégia para a habitação, distinta do programa "Mais Habitação", e composta por cerca de trinta medidas. Em resposta à questão colocada sobre a legitimidade da Assembleia Municipal para proceder à alteração de planos, considerou que medidas como a que se refere ao Alojamento Local não devem constar em documentos desta natureza, particularmente quando o documento em causa é dirigido à juventude. Nesse sentido, criticou a inclusão desse tipo de propostas, considerando que revela uma falta de sensibilidade por parte do responsável por esta área.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) questionou se a limitação ao Alojamento Local decorre da legislação nacional ou se está a ser imposta por iniciativa da Câmara Municipal. Relativamente à futura Carta Municipal da Habitação, referiu que a eventual limitação ao Alojamento Local só será válida se estiver expressamente prevista nesse instrumento de planeamento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) manifestou estranheza relativamente ao apelo à liberdade que tem sido invocado no debate, considerando que tal postura entra em contradição com o facto de o documento em análise resultar da auscultação de um grupo etário específico - os jovens - que deram o seu contributo e expressaram as suas opiniões. Neste sentido, considerou que se está a colocar em causa o trabalho desenvolvido por esses jovens, os quais tomaram as suas posições com pleno conhecimento do contexto. No que diz respeito à limitação ao Alojamento Local, referiu que vários municípios têm vindo a adotar medidas restritivas deste tipo de atividade, uma vez que a legislação atualmente em vigor o permite. Destacou que, por duas vezes, o documento menciona a importância e o trabalho a ser desenvolvido com o Conselho Municipal da Juventude. Nesse contexto, questionou se está previsto, num futuro próximo, reativar o referido conselho, conforme determina a lei e de acordo com o que já foi aprovado por esta Assembleia Municipal. Referiu ainda que o plano em análise foi contratado a 5 de julho de 2020 e observou que, em termos estatísticos, abrange dados até 2021. Como se trata de



um documento com vigência até 2027, afirmou que se está a trabalhar com uma base estatística que abarca sete anos, questionando, por isso, se será necessária uma atualização do plano com base em dados mais recentes. Por fim, questionou quais as estruturas que a Câmara Municipal dispõe atualmente para garantir a execução do plano, e sugeriu que a Autarquia se comprometa a apresentar, anualmente, à Assembleia Municipal, uma monitorização da sua implementação. Considerou que, com frequência, os planos são elaborados, mas as medidas neles previstas acabam por se diluir no tempo, sem que se tenha uma perceção clara da sua concretização, o que transforma esses documentos em meros registos arquivados, sem efeito prático.

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) recordou que a única medida principal aprovada, até ao momento, foi a suspensão dos novos registos de Alojamento Local, aplicável às diversas tipologias de apartamentos e estabelecimentos de hospedagem em frações autónomas. Considerou que a imposição de medidas restritivas e limitadoras desta atividade não se enquadra num modelo democrático, defendendo que nenhum grupo social ou etário deve impor limitações a outro. Nesse sentido, afirmou que o documento em análise transmite a perceção de oposição ao turismo e ao desenvolvimento da economia local, o que, na sua opinião, é negativo e desajustado à realidade do concelho.

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) informou do sentido de voto relativos às propostas de alteração.

-----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Maria Joaquina Matos (PS) respondeu que, após a consulta do Regime Jurídico das Autarquias Locais, lei 75/2013, de 12 de setembro, onde diz na alínea h) do ponto 1 do Artigo 25.º que “Compete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à persecução das atribuições do Município” e no ponto 3 do artigo citado diz que “Não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal referidas nas alíneas a) e m) do ponto n.º 1 e na alínea l) do n.º anterior”, não sendo este o caso competindo à mesa aceitar estas propostas de aceitar colocando-as à apreciação e votação do Plenário.

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho esclareceu que o plano em análise resulta de um processo participativo, após a auscultação das opiniões dos jovens do concelho. Essas opiniões foram consolidadas em eixos estratégicos e refletem a diversidade de contributos recolhidos. Explicou que as medidas que a Câmara Municipal se propõe executar são as que constam do respetivo plano de ação. Ao analisar esse plano, verifica-se que não está prevista qualquer limitação ao número de alojamentos locais, uma vez que essa matéria será objeto de definição específica na futura Carta Municipal da Habitação. Assim, este documento não impõe limites nem define o plano de ação do Município para o Alojamento Local. Informou ainda que a Autarquia está a preparar a implementação do programa MyPolis, em parceria com a empresa que está a assessorar a execução do projeto. Este programa visa capacitar os jovens para que possam participar de forma ativa e qualificada no Conselho Municipal da Juventude, contribuindo para a sua dinamização e funcionamento efetivo. Relativamente aos dados estatísticos apresentados, referiu que os mesmos dizem respeito aos Censos de 2021 e que a sua análise esteve na base das medidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 135v.

propostas, aplicáveis apenas aos anos de 2024 e 2025. Para os anos de 2026 e 2027, será necessária uma reavaliação do plano, a fim de se verificar se as medidas ainda se mantêm pertinentes ou se será oportuno introduzir novas ações. Por fim, informou que, no que respeita aos recursos humanos da Câmara Municipal para a execução e monitorização do plano, foi reforçada a equipa técnica na área da juventude, precisamente para permitir o desenvolvimento de um conjunto mais alargado de iniciativas, assegurar o acompanhamento adequado do plano e garantir a sua monitorização contínua.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, esclareceu que o plano estratégico em discussão não impõe qualquer limitação, uma vez que este documento, por si só, não tem competência para abrir ou encerrar unidades de Alojamento Local. Sublinhou que a atual legislação nacional é que define os critérios de limitação, sendo que, no caso específico de Lagos, já não são permitidos novos registos de Alojamento Local em determinadas condições. Acrescentou que, através da futura Carta Municipal da Habitação, será possível estabelecer regras específicas que poderão, em certos casos, alterar a aplicação da legislação em vigor, permitindo a sua adequação à realidade local. No entanto, afirmou que os princípios que vierem a ser vertidos nessa Carta não serão diferentes dos que constam do plano em discussão. Reiterou que continuará a existir uma limitação mais equilibrada, com proibição do Alojamento Local em determinadas zonas e permissão, com regras definidas, noutras áreas do concelho. Encerrou a sua intervenção defendendo que é essencial encarar o turismo numa perspetiva de longo prazo e que é necessário considerar, em simultâneo, a habitação e o alojamento local como necessidades legítimas, devendo ambos ser enquadrados numa estratégia de desenvolvimento sustentável para o Município.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) afirmou que a juventude deve ser ouvida, sublinhando que representa uma componente essencial do processo de auscultação pública. Considerou que o documento em discussão traduz, de forma legítima, o sentimento coletivo dos jovens, tendo lido as considerações finais do mesmo. Destacou que existem hoje novos mecanismos que permitem essa auscultação e participação, como é o caso da Assembleia Municipal da Juventude, que reforça a inclusão dos jovens nos processos de construção de políticas públicas. Relativamente às propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA, referiu, quanto à primeira, que na Sessão Ordinária de abril de 2024 foi aprovado o Regulamento Municipal da Habitação. Acrescentou que está em curso a elaboração da Carta Municipal da Habitação, onde será feita uma análise aprofundada da realidade habitacional do concelho, com o objetivo de mitigar as carências existentes, não fazendo por isso sentido integrar novas propostas fora desse quadro estratégico. Quanto à segunda proposta apresentada pelo mesmo Grupo Municipal, que visava eliminar a limitação de licenças, recordou que, na primeira reunião desta Sessão Ordinária, o Grupo Municipal do CHEGA propôs a eliminação das taxas turísticas, defendendo uma diferenciação do Alojamento Local. Assinalou, com alguma estranheza, que na presente proposta se pretende agora limitar essa atividade, evidenciando incoerência. Reforçou a importância de continuar a ouvir os jovens e felicitou a Autarquia pela elaboração do presente



documento. Enalteceu ainda a importância de proporcionar aos jovens oportunidades para participarem na construção de políticas públicas, sublinhando que essa participação deve ser valorizada. Concluiu afirmando que a promoção da participação cívica e da cidadania democrática é um dever de todos, e que este documento reflete esse compromisso. Em particular, destacou a relevância de áreas prioritárias como a saúde mental, considerando fundamental que estas estejam devidamente refletidas em documentos orientadores como o que se encontrava em discussão.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF), relativamente às propostas apresentadas pelo Grupo Municipal do CHEGA, afirmou que as mesmas não fazem sentido no contexto do documento em análise, uma vez que este é apenas um plano estratégico e, em alguns pontos, contrariam a própria posição da Câmara Municipal. Questionou se este documento deve ser encarado como um verdadeiro plano estratégico ou apenas como uma recolha de informação baseada nas respostas dos jovens, o que, no seu entender, o aproximaria mais de um relatório do que de um plano. Considerou que a designação adotada poderá induzir em erro, dando a sensação de que se está a votar um documento que, na prática, está desenquadrado da realidade concreta do Município. No que diz respeito ao eixo estratégico da mobilidade verde, referiu que se nota uma mudança de posição relativamente a anteriores posicionamentos da Câmara Municipal. Questionou se essa mudança reflete uma nova orientação estratégica da Autarquia ou se resulta apenas das conclusões retiradas das respostas dos jovens inquiridos no âmbito do processo de auscultação. Recordou, por fim, que o Grupo Municipal da LCF já apresentou, no passado, dezasseis propostas relacionadas com a mobilidade verde, todas elas rejeitadas, lamentando a ausência de coerência e continuidade em relação a esta matéria.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) afirmou que, embora o documento em análise se apresente como um plano estratégico, na prática, verifica-se que, no caso da habitação, a futura Carta Municipal da Habitação não acompanhará nem se submeterá aos princípios nele enunciados. Relativamente ao plano de ação, referiu que, segundo declaração anterior da Sra. Vereadora Sara Coelho, o que prevalece são as medidas incluídas nesse plano de ação, e não os objetivos estratégicos. Observou que, apesar de o Grupo Municipal do PS e o Sr. Presidente da Câmara terem afirmado publicamente que são contra a limitação do número de licenças de Alojamento Local, está-se agora a tentar aprovar um documento que apresenta uma orientação estratégica contrária. Acrescentou que, não estando ainda aprovada a Carta Municipal da Habitação, e sendo do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara que essa carta irá conter uma abordagem diferente da expressa neste plano estratégico, entende que existe uma contradição de base entre os documentos. Foi com base nesse entendimento, e tendo por referência o conteúdo deste plano estratégico, que o Grupo Municipal Singular do CHEGA apresentou a sua proposta de alteração ao documento.-----

-----O Sr. David Roque (BE) manifestou a sua incompreensão face à posição assumida por vários Grupos Municipais, considerando que estas tentam desvalorizar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 136v.

a participação dos jovens na construção da cidade. Sublinhou a importância desse contributo, lamentando que se pretenda obliterar as decisões dos jovens, que estão parcialmente refletidas no documento em análise. Recordou que a juventude enfrenta inúmeros problemas estruturais, entre os quais o desemprego e a precariedade laboral resultante da sazonalidade da atividade económica. Assinalou que o Algarve apresenta a maior taxa de estudantes que não prosseguem estudos para o ensino superior e que Portugal regista uma das idades médias mais elevadas na saída da casa dos pais, situada em torno dos trinta anos. Criticou a perceção de que é mais importante garantir a continuidade do Alojamento Local do que possibilitar aos jovens o acesso à habitação, considerando essa realidade como socialmente grave. Sublinhou ainda que a social-democracia surgiu precisamente da necessidade de regular os mercados através da intervenção do Estado, nomeadamente em áreas estratégicas como a habitação - o que, atualmente, não se tem verificado. Concluiu que qualquer iniciativa que vise beneficiar os jovens é sempre insuficiente face às suas reais necessidades, mas reconheceu e louvou o esforço da Câmara Municipal por apresentar um documento que procura dar resposta a preocupações legítimas expressas pela juventude, defendendo que estas devem ser encaradas com seriedade por todos os responsáveis políticos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) indicou o sentido de voto do seu Grupo Municipal relativamente ao plano estratégico em apreciação. Recordou que o parecer emitido por uma formadora corresponde a uma opinião individual sobre um tema que lhe foi colocado, salientando que, sobre a mesma matéria, foi solicitado um parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), o qual prevalece sobre quaisquer pareceres informais ou individuais. Assinalou, com satisfação, o facto de ter sido reiteradamente referida, durante o debate, a Carta Municipal de Habitação, proposta pelo Grupo Municipal da CDU há cerca de seis anos. Recordou que, na altura, tal proposta foi rejeitada pelo Grupo Municipal do PS, mas que, partindo da análise da Lei de Bases da Habitação, a CDU já então reconhecia tratar-se de um documento essencial para a definição da política habitacional do concelho. Destacou que, mais recentemente, aquando da apresentação de uma proposta sobre o mesmo tema pelo Sr. Vereador Alexandre Nunes, esta foi aprovada por unanimidade em sede de Reunião de Câmara. Por fim, defendeu que seria desejável que a Carta Municipal de Habitação fosse objeto de uma discussão prévia, antes da sua apresentação pública, permitindo uma análise mais participada e refletida do documento.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a primeira proposta de alteração ao Plano Estratégico para a Juventude 2024-2027 apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	0	0	1	0	4
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	0	0	2
VOTOS CONTRA	15	0	2	0	0	1	18



-----**DELIBERAÇÃO N.º 85/AM/2024:**

-----**Reprovado**, por maioria, a seguinte Proposta de Alteração ao Plano Estratégico para a Juventude de Lagos 2024-2027, apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA: “O Grupo Municipal Singular do Partido CHEGA vem propor que seja feita a seguinte alteração ao documento: Na página 37, no capítulo referente a Habitação Jovem, no eixo estratégico “Oferta Local”: Introduzir o Objetivo: “Reservar bolsas de habitação para jovens residentes por cada concurso de atribuição de fogos ou alojamentos municipais.”-----

-----O Grupo Municipal da LCF apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Temos dúvidas sobre a legalidade desta proposta e nesse sentido não estamos seguros que possam ser pacíficos, daí a nossa abstenção.”-----

-----O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Votamos a favor porque quando, esta proposta que nos foi apresentada, já tem sido aplicada noutros concelhos, designadamente, ao que diz respeito aos centros históricos de diversas cidades e, nomeadamente, no âmbito do desenvolvimento dos mesmos e da renovação da sua população.”-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a segunda Proposta de Alteração ao Plano Estratégico para a Juventude de Lagos 2024-2027, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	3	0	0	1	0	4
ABSTENÇÕES	0	0	0	2	0	0	2
VOTOS CONTRA	15	0	2	0	0	1	18

-----**DELIBERAÇÃO N.º 86/AM/2024:**

-----**Reprovado**, por maioria, a seguinte Proposta de Alteração ao Plano Estratégico para a Juventude de Lagos 2024-2027, apresentada pelo Grupo Municipal Singular do CHEGA: “O Grupo Municipal Singular do Partido CHEGA vem propor que seja feita a seguinte alteração ao documento: Na página 37, no capítulo referente a Habitação Jovem, no eixo estratégico “Oferta Local”: Eliminar o Objetivo “Limitar o número de licenças e alojamentos locais no território.”-----

-----O Grupo Municipal da LCF apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Nós achamos contra produtora esta votação, na medida em que, segundo a Sra. Vereadora Sara Coelho, as informações que constam no documento não vinculam a Câmara Municipal, mas são apenas reprodução das respostas obtidas junto dos inquiridos, sendo esta a informação dada anteriormente e, nesse sentido, consideramos esta votação desnecessária, daí a nossa abstenção.”-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto 5: **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO ESTRATÉGICO PARA A JUVENTUDE 2024-2027**, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	2	2	0	1	22
ABSTENÇÕES	0	1	0	0	1	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 137v.

-----**DELIBERAÇÃO N.º 87/AM/2024:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta do Plano Estratégico para a Juventude de Lagos 2024-2027, nos termos consignados na alínea h) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 5 de junho de 2024.-----

-----O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O Partido Social Democrata votou a favor, considerando, no entanto que o plano em questão não deveria mencionar a limitação de uma ou outra atividade económica e votamos a favor apesar do PS ter dito que o plano não era para cumprir.”-----

-----**PONTO 6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS, PELA EMISSÃO DE LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO RECINTO ITINERANTE E LICENÇA ESPECIAL DE RÚIDO DO CIRCO DALLAS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-684-21.-----

-----A Sra. Vereadora Sandra Oliveira apresentou a proposta.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu partilhar da opinião da Sra. Vereadora Sandra Oliveira, considerando que a atividade circense deve ser valorizada e acarinhada. Recordou que o pedido de isenção de taxas foi apresentado a 18 de março, com vista à realização de uma iniciativa no dia 17 de abril, lamentando que a deliberação sobre o mesmo só ocorra três a quatro meses após o requerimento. Defendeu, por isso, que deverá ser encontrado um expediente mais célere, que permita aos promotores obter uma resposta atempada, dando-lhes maior segurança na organização das respetivas atividades.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto 6: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS, PELA EMISSÃO DE LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO RECINTO ITINERANTE E LICENÇA ESPECIAL DE RÚIDO DO CIRCO DALLAS.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 88/AM/2024:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, isentar a entidade Circo Dallas de Aplauso Reativo, Lda., com sede em Avenida do Brasil, Vale Touros - Palmela, do pagamento das taxas previstas no Ponto 5 (Outros Eventos - por dia ou fração), do Artigo 32.º (Licenciamento de Atividades Ruidosas de Caráter Temporário) e do Ponto 2 (Licença de instalação e de funcionamento de recinto itinerante para a realização de divertimentos públicos - por cada dia), do Artigo 33.º (Licenciamento de recintos itinerantes de espetáculos e divertimentos públicos) do Anexo II do Regulamento e Tabela de Licenças, Taxas e Outras Receitas Municipais, no valor total de € 692,96 (seiscentos e noventa e dois euros e noventa e seis cêntimos), referente a instalação de Circo, nos termos da alínea b), do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Artigo 11.º do Regulamento e Tabela de Licenças, Taxas e Outras Receitas Municipais, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 2 de maio de 2024.-----



-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Assim a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), eram 0 horas e 30 minutos, da madrugada do dia 26 de junho de 2024, tendo declarado encerrada esta Reunião, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Maria Paula Dias da Silva Couto, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.--

